

SINTIUS



1942 - 2017

# SINOPSE SINTIUS

Informativo Diário do Sindicato dos Urbanitários

18/07/2018

Disponível no site <http://www.sintius.org.br>

## Trabalhador fica desprotegido na hora da demissão sem homologação no sindicato

Com o fim da obrigatoriedade da homologação das rescisões nos sindicatos para contratos com duração superior a um ano – uma das inovações da "reforma" trabalhista do governo Temer, que vigora desde novembro –, cresce o risco de o trabalhador ser lesado e não ter os seus direitos devidamente respeitados no momento da demissão. Na categoria bancária, por exemplo, antes da reforma, o Sindicato dos Bancários de São Paulo, Osasco e Região realizava uma média de mil homologações por mês, com picos de até 1.500. Já neste ano, a média caiu para menos de 350 procedimentos mensais, o que não quer dizer que o número de demissões tenha se reduzido, mas que os contratos estão sendo encerrados muitas vezes dentro dos próprios bancos, longe da fiscalização das entidades sindicais. A nova lei desobriga que as homologações sejam feitas nos sindicatos, mas também não especifica onde devem ocorrer, o que abre brechas para todo tipo de absurdo. A pesquisadora do Centro de Estudos Sindicais e de Economia do Trabalho (Cesit) da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) Marilane Teixeira relata que contratos têm sido encerrados via internet e, até mesmo, em padarias. "Dessa maneira, quais as possibilidades de o trabalhador ter todos os seus direitos assegurados? Nenhuma." Segundo levantamento do Cesit, a maioria das demandas trabalhistas na Justiça decorre do descumprimento reiterado dos direitos por parte dos empregadores. Dados consolidados de 2016 apontam que cerca de 60% das ações trabalhistas eram referentes a irregularidades no momento da rescisão dos contratos. Boa parte dessas ações, conta Marilane, se relacionava a eventuais erros ocorridos em contratos com duração inferior a um ano, que já eram desobrigados a passarem pelos sindicatos. Segundo ela, é uma prévia do que deverá ocorrer com os demais trabalhadores. Para a pesquisadora, é justamente em contextos de mudança da legislação que os sindicatos teriam papel importante a cumprir no monitoramento do cumprimento das novas regras. Mas as alterações promovidas pelo governo Temer em associação com entidades patronais também têm como objetivo afastar o trabalhador da sua entidade de classe. "Uma das estratégias para o esvaziamento dos sindicatos, além da questão do custeio, sem dúvida nenhuma foi a retirada desse papel de fiscalização no momento da homologação. Todas essas distorções estão se reproduzindo em âmbito nacional. As homologações despencaram." Outro indício de abuso cometido, segundo Marilane, são as demissões por acordo mútuo. Nessa modalidade, que já soma mais de 10 mil rescisões, o trabalhador tem direito a receber 80% do FGTS e metade da multa dos 40%. São, em sua maioria, trabalhadores do setor de comércio e serviços, com baixa escolaridade e menor nível de remuneração. "Não dá para garantir, mas é bem possível que uma boa parte dessas demissões por acordo, na verdade, não sejam necessariamente acordos. Muitas vezes o trabalhador sequer sabe que ele assinou um contrato do gênero. Só vai se dar conta disso quando perceber que recebeu apenas metade da rescisão e não tem acesso ao seguro-desemprego", explica. Se ocorresse nos sindicatos, o trabalhador teria mais condições de ser devidamente informado sobre as cláusulas desse acordo. A questão fica mais complicada quando o trabalhador faz parte de uma categoria que goza de direitos específicos que constam na convenção coletiva do segmento. A Constituição Federal garante que empresas com mais de 30 trabalhadoras devem contar com creche no local de trabalho ou arcar com auxílio-creche. Para algumas categorias, esse direito é garantido por meio da convenção, sem necessidade de um número mínimo de trabalhadoras.

**Leia mais:** Rede Brasil Atual - <http://cnti.org.br/html/noticias.htm>

## Centrais Sindicais: Frentes de trabalho contra apatia do governo

Na contramão do governo federal, as centrais sindicais querem dar uma guinada no cenário de recessão e crise que arrastou o trabalhador brasileiro para o desemprego e para a subocupação. De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) são 13, 2 milhões de desempregados. Se considerar subocupados sobe para 28 milhões. O documento intitulado Agenda Prioritária da Classe Trabalhadora que foi lançado em junho unitariamente por sete centrais sindicais traz 22 pontos sugerindo caminhos de curto e médio prazo, sobretudo com impacto no desemprego. Matéria publicada nesta terça-feira (17) na Folha de S.Paulo mostra pessimismo entre consultores ouvidos pelo jornal: As projeções de serem criados 1 milhão de empregos para 2018 podem dar lugar a pífos 220 mil empregos formais. Longe de repor os cerca de 3 milhões de postos de trabalho perdidos com a crise. O combate ao desemprego é um dos temas que se destaca entre as 22 propostas das centrais. As ações de curto e médio prazo visam a reversão do desemprego. A expectativa das entidades é que o tema ganhe força junto aos pré-candidatos às eleições de outubro.

### Retomar obras públicas

Contratação de obras públicas e a retomada de obras de infraestrutura paralisadas são caminhos propostos pelos trabalhadores na Agenda, destacou Clemente Ganz em entrevista no final de junho à Agência Sindical. Ao lado da retomada das obras, o documento defende a criação de frentes de trabalho e “políticas de amparo aos desempregados” como aumento das parcelas do seguro-desemprego. “O Congresso Nacional poderia dar um tratamento que melhorasse a contratação de obras públicas e também aprovar a liberação de recursos para a retomada de obras”. Clemente afirmou que existem cerca de 60 mil obras públicas paralisadas que poderiam aquecer o mercado de trabalho. “Desde uma pequena ponte, ao conserto de uma estrada e em uma grande usina hidrelétrica. Destruir essas obras gera emprego rapidamente. É uma agenda para intervenção imediata com propostas de solução que podem ser implementadas no estado, na cidade e na União”, completou Clemente.

### Movimento sindical mobilizado contra o desemprego

Na opinião do secretário-geral da Força Sindical, João Carlos Gonçalves, o Juruna, o combate ao desemprego deve concentrar as atenções do movimento sindical. “Precisamos do máximo de esforço para erradicá-lo de nosso país. Esforço que deve ser de cada sindicato, federação, confederação e central sindical”, escreveu em artigo publicado nesta terça-feira (17) pelo portal Rádio Peão. “Isso porque o desemprego é uma profunda chaga social. Ele produz violência, fome, o avanço de doenças, a evasão escolar, desagregação de comunidades, a delinquência. O desemprego é o ponto nevrálgico do subdesenvolvimento”, completou o dirigente da Força. Divanilton Pereira, presidente em exercício da Central de Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil (CTB), também vê como emergencial o combate ao desemprego dentro da agenda dos trabalhadores. Na opinião dele, as frentes de trabalho podem ajudar a recuperar o padrão de consumo das famílias, que sofrem com o desemprego e rebaixamento de salários.

### Papel devastador da Lava Jato

O dirigente da CTB enfatizou o papel da Lava Jato no desmantelamento dos postos de trabalho no país. “Esse instrumento (a Lava Jato) inviabilizou a economia, detonou as grandes empresas de construção e infraestrutura, de mão de obra no Brasil e as que concorriam internacionalmente. Isso não é coincidência. A história nos dirá a quem serviu Sérgio Moro”, analisou Divanilton. “O mundo inteiro pratica acordo de leniência quando você preserva o CNPJ da empresa e pune os corruptores. Aqui jogamos milhares no desemprego inviabilizando as empresas. Empresas europeias e americanas envolvidas em corrupção passaram por isso, mas elas não desapareceram como no Brasil, onde tivemos desarticuladas cadeias de petróleo, gás e metalurgia pelo Brasil afora. A Lava Jato é uma grande contribuição à redução do Produto Interno Bruto (PIB) e esse número elevado de desempregados”. Segundo Divanilton, a agenda prioritária é o instrumento de diálogo com trabalhadores empregados e desempregados e também servirá para influenciar nas eleições que “é a maior batalha que temos neste ano”, reiterou o dirigente. No dia 10 de agosto, as centrais sindicais unificadas realizam o Dia do Basta com protestos nacionais em defesa do emprego, da previdência social e contra o aumento abusivo do preço do gás de cozinha.

Fonte: Portal Vermelho - <http://cnti.org.br/html/noticias.htm>